

Desigualdade social

Nova pobreza, nova política

ROBERTO GARCIA SIMÕES

Melhoraram nos anos 90 alguns indicadores sociais no Brasil, mas persiste a secular e grave desigualdade de renda. No ES, aumentou a escolarização, caíram o analfabetismo e a mortalidade infantil. Apesar dessa relativa melhora social, ao se contrastar dados do IBGE de 92 e 99, a renda segue concentrada: o 1% mais rico ampliou a participação de 10,6% para 11,5%, enquanto os 50% mais pobres caíram de 15,4% para 14,9%. Como tratar a convivência dessa desigualdade com a redução de indicadores sociais clássicos?

Um grande debate é o papel do crescimento econômico. Em "A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil" (IPEA), Ricardo Paes e Barros, Ricardo

Henriques e Rosane Mendonça afirmam que o crescimento "representa uma via importante, apesar de lenta, para combater a pobreza". Um crescimento contínuo no Brasil de 3% a.a. na renda per capita levaria 25 anos para reduzir a proporção de pobres de 34% para 15%. Então, o combate à pobreza requer a combinação do crescimento com estratégias que "enfatem, sobretudo, o papel das políticas redistributivas que enfrentam a desigualdade".

Eliminada a contraposição econômico-social, é preciso qualificar o crescimento. O vice-presidente do Instituto Banco Mundial mostrou que o mesmo crescimento do PIB em vários países, entre 80-97, gerou desenvolvimento humano diverso. Razões: subinvestimento em capital humano, superexploração do capital natural e distorção nos incentivos ao capital físico.

Além de qualificar o crescimento, é preciso identificar mudanças na pobreza. As famílias estão menores, com maior escolaridade. Permanece a discriminação: no ES, em 1999, a percentagem de famílias negras pobres é de 33,3% enquanto a das brancas é de 14,2% (IBGE). A desigualdade tem cor, e,

portanto, também é sociocultural.

Também outras diferenciações marcam as desigualdades. Marcelo Neri, em "O Mapa do Fim da Fome" (FGV), diz que 56% dos indigentes no Brasil estão em famílias cujo chefe atua no informal. Logo, o salário mínimo não atinge esses excluídos, requerendo políticas distributivistas apropriadas.

Os desafios da educação são recolocados. José Pastore conclui que ela é ao mesmo tempo um dos principais determinantes da mobilidade e um dos mais demorados quando se examinam os seus efeitos na população. Se persistir o ritmo atual, os homens que nasceram em 1998 teriam em 2020 escolaridade média de 9 anos. Na Coreia ela já é de 10 anos; no ES, 6,5 anos.

Além da cor, a renda da mulher (com mais educação) é, em média, 65% da masculina. A igualdade educacional não se traduz em igualdade ocupacional e salarial.

As políticas governamentais são questionadas quanto à sua apropriação: 20% dos mais ricos ficam com 79% das bolsas de estudo, 65% das aposentadorias e pensões públicas e 19,5% do seguro-desemprego - reafirmando a desigualdade.

O que atenua os efeitos da concentração de renda é a mobilidade: segundo Sérgio Abranches, "82% dos que estão no topo da pirâmide vieram de baixo".

É preciso articular a mudança na apropriação da riqueza e dos benefícios via Governo com projetos que integrem microcrédito, arranjos cooperativos, distribuição direta de renda e ações sociais, como a bolsa-escola. A democracia está por revolucionar o social e o cultural no Brasil, em particular no ES.



ROBERTO GARCIA SIMÕES escreve às quartas-feiras nesta coluna

■ e-mail: roberto@npd.ufes.br

A501936
 Instituto Jones dos Santos Neves
 Biblioteca